

João Paulo II e os judeus

Nunca na história recente da Igreja, um Papa trabalhou tanto pela aproximação entre católicos e judeus, como durante o pontificado de João Paulo II. Essa atuação, marcada pela visita à sinagoga de Roma, o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel e a visita do Papa João Paulo II à Israel não foi fruto do acaso. Os Papas João XXIII e Paulo VI trabalharam nesse sentido, mas Karol Wojtyła nasceu em Wadowice, Polônia, conviveu desde sua infância com famílias judias.

Ele viu seus amigos judeus morrerem sob o nazismo e sua sala de aula ficar progressivamente vazia. Participou da resistência à opressão nazista e comunista. Falsificou documentos para livrar os judeus dos nazistas e sempre esteve convicto que os laços entre judeus e cristãos deviam apontar para um mundo melhor, em nosso tempo

presente, e não somente num futuro distante. E o Magistério tem sido claro neste sentido. Sob Paulo VI, o documento *Nostra Aetate* (1965) afirmou: o conjunto do povo judeu contemporâneo de Cristo não pode ser considerado como responsável da sua morte, mesmo se alguns colaboraram com os romanos. Esse mesmo Império crucificou milhares de outros judeus nessa época. E é ainda mais absurdo, incriminar os judeus das gerações consecutivas. E o documento se espanta de que, ainda hoje, seja necessário afirmar solenemente uma verdade tão elementar!

Em sua histórica visita à sinagoga de Roma (1986), João Paulo II declarou: "*Os cristãos devem se sentir irmãos de todos os homens; essa obrigação vale ainda mais quando eles se encontram diante daqueles que pertencem ao povo judeu. (...) Qualquer um que*

encontre Jesus Cristo, encontra o judaísmo. A religião judaica não nos é 'extrínseca' mas de certa forma intrínseca à nossa religião. Nós temos com ela relações que não possuímos com nenhuma outra religião. Vocês são irmãos prediletos, e de uma certa maneira, poderíamos dizer 'Nossos irmãos mais velhos'. Os judeus são queridíssimos de Deus que os convocou para uma vocação irrevogável'". O Papa João Paulo II rompeu com dois mil anos de história de separação, preconceito, erros teológicos e deu pessoalmente o exemplo a todos, de qual seria o novo olhar católico sobre o povo judeu: o olhar de irmãos.

Na visita à Sinagoga de Roma, João Paulo II foi recebido pelo rabino Élio Toaf que contou uma história. Durante a guerra, um menino, filho de uma família judeu-polonesa, foi deixado aos cuidados de uma família católica até que a guerra terminasse. A mãe pedira à amiga católica que o educasse na fé dos pais, do Deus único. A guerra terminou. Os pais do menino não voltaram. A família procurou o padre da cidade para batizar a criança. O padre não aceitou de imediato o batismo. Perguntou aos responsáveis sobre a origem da criança. Quando soube da história disse: entreguem esse menino a uma família judia para que possa ser criada segundo a tradição e a fé de seus pais. Depois, completou o rabino Toaf: - O padre hoje é o Papa, e eu era o menino.

Na visita histórica de João Paulo II a Israel, por ocasião do Jubileu, em nome do Deus único, ele pediu às três religiões monoteístas: "*Reconheçamos as diferenças entre*



Arte: João Costa



Arte: João Costa

nós, mas também reconhecamos em cada ser humano a imagem e semelhança do Criador". Elogiado pelos líderes políticos de Israel por seu combate ao anti-semitismo, João Paulo II, artífice do processo que culminou com o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Vaticano e o Estado judeu, pediu coragem para acabar com todos preconceitos. "Temos de lutar para apresentar sempre e em todas as partes a verdadeira face dos judeus e do judaísmo, e também dos cristãos e do cristianismo".

A manifestação de afeto do Papa pelo povo judeu, uma relação sedimentada ao longo de toda a vida do pontífice, teve seu ponto culminante na visita ao Memorial do Holocausto. Ali, cerca de 200 sobreviventes, entre os quais 20 pessoas de Wadowice, sua cidade natal, receberam o abraço emocionado do Papa. Um dos momentos mais intensos foi seu encontro com Edith Tziner, de 69 anos. Quando jovem, o padre Wojtyla, salvou-a da morte em 1945, levando-a em seus braços por três quilômetros, até uma estação de trem. A mulher, em lágrimas, tocou o braço do Papa

em sinal de afeto.

O corajoso e profundo documento pontifício Memória e Reconciliação - A Igreja e as Culpas do Passado, destaca: *"como sempre, é fundamental estabelecer, mediante a pesquisa histórico-crítica, a verdade histórica. Estabelecidos os fatos, será necessário avaliar seu valor espiritual e moral, assim como seu significado objetivo. Só assim será possível evitar toda espécie de memória mítica e chegar a uma adequada memória crítica, capaz - à luz da fé - de produzir frutos de conversão e de renovação"* (Memória e Reconciliação - A Igreja e as culpas do passado. Loyola. S. Paulo. 2000).

Durante o pontificado de João Paulo II, graças ao esforço do Papa e de alguns dos seus assessores, especialmente do Cardeal Ratzinger, a Shoá (Holocausto) tornou-se tema da reflexão teológica da Igreja. Os absurdos e crimes do passado não merecem ser esquecidos. Devem alimentar um olhar novo, vigilante e positivo sobre o futuro. Os passos, no sentido da reconciliação, implicam revisitar as memórias comuns e santificá-las, purificando-as das culpas e equívocos passados. Como fez João Paulo II.

Evaristo Eduardo de Miranda é Doutor em Ecologia e autor de livros sobre os animais bíblicos como "Animais Interiores - Nadadores e Rastejantes", Edições Loyola.



Direito Eclesial

A autoridade do Romano Pontífice

Naturalmente que um estudo teológico-jurídico sobre esta matéria exigiria muitas páginas desta revista. Vamos assinalar somente o que é mais importante para este momento, quando o Cardeal Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI, é eleito para suceder ao inesquecível João Paulo II, em relação ao "poder" do sucessor de Pedro no governo da Igreja.

Nós vemos a Igreja Católica definida como "corpo místico de Cristo". O Papa Pio XII deixou-nos uma encíclica maravilhosa sobre essa doutrina. Portanto, Cristo Jesus é a "cabeça desse corpo" (cabeça invisível) que ele mesmo quis, fosse aqui, neste mundo, governada por Pedro, a quem confiou o poder de apascentar as ovelhas e os cordeiros, como lemos em João 21,15-17, simbolizando os que comandam a Igreja, Bispos e os fiéis.

A doutrina sobre o poder do Sucessor de Pedro na Igreja emana do Evangelho e de toda a tradição da Igreja que, para nós, é também uma fonte da fé. Desde o princípio, bispos e fiéis sempre reconheceram este poder ligado ao "Bispo de Roma".

Há dois grandes documentos que regem toda a doutrina sobre o poder papal: a constituição "Pastor aeternus" (Pastor eterno) do Concílio Vaticano I e a constituição dogmática *Lumen gentium*, (Luz dos povos) do Concílio Vaticano II. O Código de Direito Canônico, no Livro II, artigo I, define bem os poderes do Papa. Destes documentos podemos tirar estes títulos que são privativos do Papa e demonstram sua função na Igreja: Sucessor de Pedro; Vigário de Cristo, Cabeça visível de toda a Igreja; faz parte do Colégio dos Bispos e é seu Chefe; tem poder ordinário (*ex-officio*), supremo e pleno sobre a Igreja universal e as particulares. Exerce o triplice ofício: de *ensinar*; quando fala "*ex cathedra*", é dotado do Carisma da Infalibilidade, sem exigência de que sua fala seja confirmada por um Concílio ou assembleia dos Bispos; de "*governar*", exercendo, em plenitude, as funções: *legislativa*, que o faz por si e por meio dos chamados "Dicasterios da Cúria Romana"; *judiciária*, por si e através dos Tribunais supremos da Igreja, a Signatura Apostólica e a Rota Romana; *executiva*, de governo ou administrativa.

Por último, é "Soberano de Estado da Cidade do Vaticano", o menor país do mundo, reconhecido pela Comunidade Internacional, procurando manter relações diplomáticas com quase todas as nações do mundo pelas "Nunciaturas Apostólicas", como temos a nossa, em Brasília.

Cônego Carlos Menegazzi é Vigário Judicial Adjunto do Tribunal Eclesiástico Interdiocesano de Campinas.

